

DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

Márcia Sipavicius SEIDE*

FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B., FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. (Org.). *Dicionário de lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009. 284p.

Parece inusitado haver resenhas de dicionário. Talvez isso se deva ao fato de a obra lexicográfica, haja vista sua função principal – auxiliar o consulente a sanar dúvidas que tenha a respeito das palavras –, não se prestar a uma leitura linear: não se lê um dicionário como se lê um romance. Contudo existem avaliações críticas de dicionários. Grosso modo, elas são feitas por especialistas com base na Lexicologia e costumam avaliar se o dicionário é coerente com aquilo a que se propôs; para tanto, é comum analisarem-se os objetivos do dicionário, a estrutura interna do verbete (especialmente a qualidade da definição e a suficiência e pertinência dos exemplos elencados) e a relação entre eles. Nesta resenha, porém, não se pretende fazer este tipo de avaliação, o que se pretende é apresentar o dicionário aos leitores, evidenciando sua utilidade e abrangência, tendo por base as atividades típicas nas quais um dicionário especializado é utilizado.

Esta resenha, portanto, focaliza o agir comunicativo que caracteriza o gênero textual a partir do sociointeracionismo discursivo proposto por Bronckart (2006). Nesse quadro teórico, a linguagem não é mera expressão de processos psicológicos como percepção, cognição, sentimentos e emoções, mas sim o instrumento que funda e organiza esses processos. Por isso analisá-la implica a consideração das condutas ativas do agir e do pensamento consciente que não se dá senão através da ação da linguagem substancialmente interativa, dialógica e social, como propusera Bakhtin (1981). Deve-se levar em conta, também,

[...] o caráter indissociável dos processos de organização social das atividades, de regulação dessas atividades pela linguagem e de desenvolvimento das capacidades cognitivas humanas e, conseqüentemente, abrem caminho para uma abordagem de explicação

* UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Marechal Cândido Rondon – PR – Brasil. 85960-000 – marciaseda4@hotmail.com

do funcionamento psicológico humano, que implica, necessariamente, a história das interações humanas, tais como elas se organizam nas atividades e nas produções verbais coletivas (BRONCKART, 2006, p. 123).

A linguagem é, assim, um agir comunicativo, social e interativo cuja realização dá-se sob a forma de textos

[...] construídos, de um lado, mobilizando-se os recursos (lexicais e sintáticos) de uma determinada língua natural e, de outro, levando-se em conta modelos de organização textual disponíveis no âmbito dessa mesma língua. Por isso, os textos podem ser definidos como os correspondentes empíricos/linguísticos das atividades de linguagem de um grupo, e um texto como o correspondente empírico/linguístico de uma determinada ação de linguagem (BRONCKART, 2006, p. 139).

Os modelos de organização textual e as atividades sociais neles implicadas formam gêneros de textos, e os textos são produtos de atividades de linguagem pautadas pela interação, sempre situada socialmente.

Assim, afirmar que o dicionário especializado é um gênero textual e que o *Dicionário da linguística da enunciação* é um exemplar deste gênero é dizer que o texto apresenta determinadas características linguísticas peculiares determinadas por suas condições de produção que abrangem a esfera de atividade humana em que o texto foi produzido e a própria situação comunicativa por ele instaurada, logo, para se avaliar o dicionário enquanto gênero é preciso estar a par das atividades sociocomunicativas que o contextualizam. Há um sujeito que está lendo um texto e necessita de informações não disponíveis nem no próprio texto, nem em seu “conhecimento de mundo”. A interação leitor-texto é interrompida, e forma-se outra interação mais complexa: leitor-dicionário-texto. Em ambas, o leitor chega à compreensão via formulação de hipóteses que vão sendo confirmadas ou refutadas, tendo-se, como pressuposto, tratar-se de um sujeito-leitor competente destes dois gêneros textuais: texto científico e dicionário especializado.

Ao que tudo indica, essa visão interativa da linguagem é compartilhada pelos organizadores do dicionário que assim se referiram ao perfil do consulente por eles idealizado:

[...] devemos sempre ter em mente que colaborar para identificar uma terminologia, como esta que aqui se apresenta, implica relacionar os termos aos seus autores e textos-fonte e, sobretudo, colocar-se no lugar dos destinatários do trabalho: o consulente. Esse usuário tem um determinado perfil e determinadas necessidades. Assim, nossa função também se situou entre atender às necessidades do usuário – um estudante brasileiro da área de Letras em fase final de curso ou que inicia seus estudos de pós-graduação – e atender às necessidades de

representação do campo que se quer dar a conhecer por seus termos, conceitos, pontos de contatos e diversidades fundamentais. (FLORES et al, 2009, p.29).

Considerando as exigências do fazer terminológico lexicográfico e das especificidades da Linguística da Enunciação, o dicionário foi elaborado e organizado em função da idealização feita a respeito de seus possíveis usuários.

O dicionário está organizado em oito seções: “Prefácio”; “Palavras ao leitor”, “Relato de uma expedição terminológica”; “Guia do usuário”; Lista de abreviaturas e siglas”; “Equipes (por autores tratados)”; “Lista alfabética de termos”, “Lista alfabética de verbetes”; “Dados biográficos e bibliográficos dos teóricos em foco”; “Códigos das equipes”, “Fontes bibliográficas e bibliografia recomendada”; “Colaboradores e redatores de verbetes” e “Os organizadores”.

O prefácio (FLORES et al, 2009, p.7-9) foi belamente escrito por José Luiz Fiorin. Após definir o dicionário quase poeticamente sob inspiração de Neruda, Guimarães Rosa e Fernando Pessoa e fundamentando-se em Greimas – para quem lexemas podem esconder-revelar estruturas narrativas e discursivas complexas – passa a tratar da caracterização de um dicionário científico. Enfatiza os gestos de inclusão e exclusão essenciais ao surgimento, consolidação e desenvolvimento de qualquer ciência e, por fim, ressalta o rigor científico dos organizadores e seu empenho em tornar os verbetes homogêneos e autônomos.

É digna de nota a organização interna do dicionário que permite, ao leitor, acesso rápido a muitas informações importantes. Os gestos inclusivos e excludentes aos quais se referiu Fiorin estão materializados na lista alfabética de termos colocada imediatamente antes dos verbetes (FLORES et al, 2009, p.39-44). Numa das partes das “Palavras ao Leitor”, os organizadores publicaram um esquema com quadros e setas que formam a árvore de domínio da Linguística da Enunciação (FLORES et al, 2009, p.24). Nessa representação do campo de conhecimento, podem-se visualizar todos os teóricos incluídos no Dicionário e também os casos em que certos conceitos de um autor foram excluídos dos verbetes por o pesquisador também ter elaborado trabalhos relevantes em outros campos da Linguística ou de outras ciências. O leitor mais exigente e questionador encontrará as justificativas dos organizadores para esses gestos na parte “Sobre os fundamentos epistemológicos que nortearam a elaboração do Dicionário” (FLORES et al, 2009, p.13-17).

Nas demais partes dessa seção, há explicações adicionais sobre o surgimento e o desenvolvimento da disciplina e o que a caracteriza como tal. Antes do “Guia do usuário”, há, ainda, o “Relato de uma expedição terminológica” (FLORES et al, 2009, p.27-30) no qual os terminólogos responsáveis pela obra lexicográfica (Maria José Bocorny Finatto e Daniel Costa da Silva) justificam as escolhas que

resultaram na arquitetura dos verbetes, sem explicitarem, contudo, os critérios utilizados para o reconhecimento dos termos.

Quase trinta páginas separam o prefácio do “Guia do usuário”, onde estão as informações necessárias à compreensão das informações contidas nos verbetes. Por ser aquilo que, provavelmente, o consulente almejado pelos organizadores procuraria primeiro, poderia estar em primeiro plano, sem desmerecer as demais seções. Importa ressaltar que o teor das informações fornecidas revela um rigor que dificilmente um iniciante em Linguística da Enunciação exigiria. Os organizadores parecem estar cientes de que sua obra receberá o crivo da comunidade científica mais ampla, de aí a preocupação tanto epistemológica quanto terminológica.

Lendo as seções por esse viés, percebe-se não só que estão à altura dos leitores mais exigentes, mas também que são de análise obrigatória para os que quiserem elaborar uma resenha dirigida a especialistas nas Ciências do Léxico: lexicólogos, lexicógrafos e terminólogos.

Colocando-se no lugar ocupado pelo indivíduo que necessita consultar um dicionário voltado especificamente à Linguística da Enunciação, por estar iniciando-se na área, uma situação típica de uso desse gênero textual foi imaginada. A narração das ações que envolveriam a consulta ao dicionário como auxílio à tarefa de compreensão do texto principal fornecerá dados cuja análise permitirá observar em que medida a consulta ao dicionário funciona como uma ferramenta didática eficaz. Nesse sentido, a questão que se coloca é a seguinte: tendo em mãos o dicionário e sabendo utilizá-lo, o consulente torna-se capaz de ter uma visão crítica de textos científicos cuja pertença à Linguística da Enunciação é explicitamente defendida por seus autores?

Para esta simulação, foi escolhido um artigo vinculado a essa corrente teórica e não um dos livros-fonte: uma pessoa que esteja iniciando-se nessa área provavelmente não se arriscaria a ler, num primeiro momento, textos teóricos áridos e extensos, preferiria conhecer um pouco mais o terreno, indo pelas bordas, familiarizando-se com a linguagem utilizada e os objetos de estudos elegidos.

Mediante uma pesquisa ao sistema de busca *Google*, foi acessado um artigo explicitamente vinculado à Linguística da Enunciação, vinculação perceptível desde o título: “A produção de sentidos no Jornalismo: da Teoria da Enunciação à Enunciação Jornalística” (VIZEU, 2004). Nesse artigo, o autor explicita sua fundamentação teórica e, em seguida, analisa aspectos da linguagem jornalística, como o uso do presente e do discurso citado. Narradas as ações envolvidas pela leitura entremeada de consultas ao dicionário, elas são comentadas e analisadas. A partir desses dados, faz-se a avaliação do dicionário.

Após uma primeira leitura do artigo, o leitor nota que, além dos especialistas em jornalismo e/ou comunicação social, são citados os seguintes teóricos: Bakhtin, Benveniste, Orlandi, Mainguenu, Ducrot e Austin. Sentindo a necessidade de se situar, confere quais deles são referendados pelo dicionário e faz uma consulta à árvore de domínio à página 24.

De uma maneira muito econômica e prática, localiza Bakhtin, Benveniste e Ducrot. Dependendo de seu conhecimento sobre Linguística, saberá relacionar Austin à Pragmática e Mainguenu e Orlandi, à Análise do Discurso. Observando de novo a árvore, notará que, para Benveniste e Bakhtin, há vários campos de atuação. Tendo lido a seção “A visualização do campo” (FLORES et al, 2009, p.23-25) estará ciente que esses autores não se dedicaram exclusivamente à Linguística da Enunciação.

Essas valiosas informações permitem-lhe uma leitura mais aprofundada do artigo. Ele lembra que o autor do artigo fizera alguma menção a outras teorias e relê a primeira seção até encontrar o trecho:

Acompanhamos Bakhtin (1992) quando concebe a língua como um produto sociohistórico, como forma de interação social realizada por meio de enunciações. O conceito da língua como interação social desempenhou um papel importante nos estudos que, hoje, se desenvolvem sobre a interação verbal, como a pragmática, a teoria da enunciação e a análise do discurso que tem como princípio que a linguagem é ação e não um mero instrumento de comunicação. (VIZEU, 2004, p.143).

Agora a menção a outras teorias faz sentido, ele percebe que se trata de um mecanismo de coerência: Vizeu precisa mencionar a Pragmática e a Análise do Discurso porque também utiliza conceitos destas outras correntes.

Continuando a releitura, ele acompanha as definições de língua e palavra segundo Bakhtin, o trecho é bastante didático: não há necessidade de consultar o dicionário nesse momento. Surgindo como consequência dessa noção, surge o conceito de dialogismo e, após uma definição elaborada pelo autor do artigo, a citação de um trecho da obra *Marxismo e filosofia da linguagem*.

Para verificar se entendeu mesmo o conceito, busca-o no dicionário. Lê a parte que informa outras denominações: “dialogicidade interna, dialogização, diálogo interno” (FLORES et al, 2009, p.80). Esses equivalentes não significam nada para ele e deixam-no um pouco perdido, talvez, numa próxima consulta, pule essa parte. Depara-se, então, com a definição do termo: “princípio da linguagem que pressupõe que todo discurso é constituído por outros, mais ou menos aparentes, desencadeando diferentes relações de sentido.” (FLORES et al, 2009, p.80). A parte que afirma que os discursos são constituídos por outros

parece confirmar a informação dada pelo artigo, mas não a parte sobre os outros estarem mais ou menos visíveis no discurso, nem o desencadeamento de diferentes relações de sentido.

A leitura da definição faz surgirem dúvidas antes inexistentes e ele decide reler o trecho do artigo. Nesse trecho, a explicação sobre o conceito é acompanhada da citação da obra bakhtiniana *Estética da criação verbal*. Lê novamente a definição dada por Vizeu (2004, p.144) a qual, nesse momento, parece-lhe mais clara e didática:

[...] o interlocutor é constitutivo do próprio ato de produção da linguagem, de certa maneira, ele é coenunciador do texto e não um mero decodificador de mensagens. Ele desempenha um papel fundamental na constituição do significado e na produção. Logo, um enunciado deve ser analisado levando-se em conta sua orientação para o outro.

Satisfeito com a explicação de Vizeu (2004), ele segue adiante e interrompe sua leitura do artigo após deparar-se com o conceito de polifonia, para ele, bastante complexo:

Outra noção introduzida por Bakhtin foi o conceito de *polifonia*, resultado dos trabalhos desenvolvidos sobre a natureza do discurso literário (1981: 65-85). Ao analisar a obra de Dostoiévski e uma série de textos da literatura popular, Bakhtin percebe que o autor investe suas personagens de uma série de *máscaras* diferentes. Como essas *máscaras* representam várias vozes a falarem simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante, Bakhtin qualifica o texto de Dostoiévski de polifônico. (VIZEU, 2004, p.144).

Ele acha interessante conhecer a origem do conceito, mas como sente que não o compreendeu realmente, consulta o índice dos termos e encontra a indicação de que o dicionário traz o conceito de polifonia segundo Ducrot. Lê a definição primeiro, embora desconfie (com base nas experiências anteriores) de que ela não será muito esclarecedora. Sua apreensão não o impede de perceber a clareza do texto, que define polifonia como o “fenômeno que possibilita ao locutor apresentar diferentes pontos de vista em um determinado enunciado.” (FLORES et al, 2009, p.188). Tentando relacionar as informações, pergunta-se:

“– Vozes são pontos de vistas, será que Dostoiévski usava as personagens para expressar um ponto de vista? Colocar uma voz no texto é como fazer a representação de um papel, como no teatro?”

Intrigado, ele busca mais informações na nota explicativa:

Opondo-se à ideia de unicidade do sujeito falante, Ducrot afirma que o autor de um enunciado (sujeito empírico) não se expressa diretamente, mas o faz por meio da figura de um locutor (sujeito discursivo), que apresenta diferentes vozes, diferentes pontos de vista, cuja origem são enunciadores. Isso mostra que o sentido de um enunciado nasce da confrontação das diferentes vozes que ali aparecem (FLORES et al, 2009, p.188).

E entende: “Ao escrever, quem escreve faz de conta que é outra pessoa, o sujeito discursivo. Do mesmo modo, para colocar uma fala na boca da personagem, o escritor precisa colocar-se no lugar dela.”

Pensa mais um pouco e eis que surge outra dúvida: “Se esta noção é de Ducrot e o autor do artigo fala que a polifonia foi um conceito criado por Bakhtin, por que o dicionário não faz referência a Bakhtin? Será que são conceitos diferentes?”

Mesmo sem conseguir achar uma resposta, ele continua a ler o artigo. Na seção seguinte, Vizeu (2004, p.144) passa a falar de Benveniste o qual, assim como Bakhtin, vê “[...] a língua como o lugar privilegiado de manifestações enunciativas.” O texto lhe parece claro, mas, por curiosidade, o leitor vai conferir o que o dicionário informa sobre este conceito. Não encontra nada a respeito de Bakhtin, e a definição de língua segundo Benveniste dada pelo dicionário não parece compatível com o que está no artigo: “[...] sistema que inter-relaciona valor distintivo das formas e valor referencial relativo à situação enunciativa.” (FLORES et al, 2009, p.150).

Mesmo irritado por ter perdido tempo, continua a leitura e se depara com o conceito de enunciação: “<<colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização>>” (VIZEU, p.144). Encorajado por ter entendido a noção, lê o próximo parágrafo que descreve o funcionamento do ato enunciativo mas coloca-o frente a termos desconhecidos: “sujeito locutor”, “sujeito-alocutário”, “alocução” e “alocutário”. Entende, vagamente, que se trata de um “eu”, possivelmente o sujeito locutor que fala para alguém que deve ser o sujeito-alocutário. Duvidando da própria interpretação, prefere conferir no dicionário. Consulta a lista alfabética de termos e encontra “enunciação”, “enunciado” e “locutor”.

Assim que lê a definição do primeiro verbete, percebe que ela é idêntica à fornecida por Vizeu. Dá uma olhada na enorme nota explicativa. Lendo por cima, não localiza nenhuma menção ao locutor e ao locutário e desiste de ler o texto. Procura, então, o verbete sobre enunciado, cuja leitura também não fornece a informação procurada. Felizmente, não é isto que ocorre quando lê o verbete “locutor” que confirma o que havia entendido quando leu o artigo: “<<é se identificando como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se coloca como ‘sujeito’>> (BEN95:280-281)”, (FLORES et al, 2009, p.158).

Como, afinal de contas, havia entendido o texto de Vizeu, decide consultar de novo o dicionário apenas em caso de extrema necessidade. Necessidade que surge parágrafos mais adiante, quando lê: “Orlandi (1996) critica a concepção de sujeito de Benveniste como ser único, central, origem e fonte do sentido”. Então, lê o respectivo verbete (FLORES et al, 2009, p.220) cuja explicação ao mesmo tempo clara, pormenorizada e sucinta, deixa-o totalmente satisfeito.

Após mencionar a crítica de Orlandi a Benveniste, Vizeu (2004) contrasta a noção benvenistiana com a ducrotiana de enunciação, segundo a qual a enunciação é, “[...] independentemente do autor da palavra [...] o acontecimento constituído pela aparição do enunciado.” No dicionário, encontra a mesma definição, mas a falta de exemplos na nota explicativa (FLORES et al, 2009, p.104) torna sua leitura pouco proveitosa.

Voltando ao artigo, o leitor nota que o autor utiliza conceitos da Análise do Discurso (Mainguenu) e da Pragmática (Austin), para, então, voltar à noção ducrotiana de enunciação: “A enunciação constitui a âncora da relação entre a língua e o mundo: ela permite representar os fatos no enunciado, constituindo, ela própria, um fato, um acontecimento único definido.” (VIZEU, p.146).

Nesse momento, está muito satisfeito consigo mesmo. Mesmo sendo sua primeira leitura na área, sente-se capaz de situar os conceitos entendendo-os e sabendo quais pertencem e quais não pertencem à Linguística da Enunciação e se parabeniza por ter comprado o dicionário.

Empolgado, começa a ler a parte principal do artigo que trata, especificamente, de algumas características da enunciação jornalística. Nessa parte, alguns termos novos são citados, os exemplos e as explicações fornecidas esclarecem-nos satisfatoriamente e ele consegue chegar ao final do artigo sem mais precisar consultar o dicionário.

Retomando todo o percurso de leitura entremeada de consultas ao Dicionário, pode-se dizer que a utilização da obra lexicográfica focalizou, além da noção fundamental bakhtiniana de dialogismo, conceitos chaves de dois estudiosos importantes: Benveniste e Ducrot.

Conforme esclarecem os organizadores, equipes diferentes foram responsáveis por cada teórico. Na penúltima seção do Dicionário, inclusive, é possível saber quem elaborou cada um deles: o verbete *Dialogismo-Bakhtin* foi elaborado por Maria da Glória Corrêa di Fanti; *Enunciação-Ducrot* e *enunciador-Ducrot*, por Carmem Luci da C. Silva; *Locutor*, por ela, Leci B. Barbisan, Telisa F. Graeff e Rejane F. Machado; *Polifonia-Ducrot* e *Sujeito Falante-Ducrot*, por Claudia S. Toldo. Os relativos a Benveniste – *Enunciação*, *Locutor* e *Sujeito* – por Valdir do Nascimento Flores.

Dada a diversidade de autores, não é surpreendente que não tenha sido possível padronizá-los qualitativamente, cada qual tendo seu estilo próprio de definir e explicar os conceitos. Enquanto um verbete pode ser avaliado como insuficiente ou inadequado do ponto de vista didático, outro pode ser elogiado pelos motivos contrários. A definição, as notas e a informação sobre “outras denominações” do verbete Dialogismo-Bakhtin mais confundem que esclarecem. Não obstante, as noções benvenistianas de enunciação, locutor e sujeito são definidas no Dicionário tal qual no artigo científico e as notas explicativas são claras e sucintas, com exceção das notas sobre a enunciação, extensas e pouco esclarecedoras.

Também passível de crítica, do ponto de vista didático, são os verbetes cuja falta ou escassez de exemplos torna-os herméticos, como é o caso de *Enunciação-Ducrot*, *Locutor-Ducrot* e *Polifonia*, verbete bastante hermético. Ainda com respeito ao verbete *Polifonia*, algumas observações tornam-se necessárias por ter suscitado questionamentos que poderiam levar o consulente a equivocarse.

Ao ler, no artigo, informações sobre a origem do conceito de polifonia, o consulente pesquisou o item no Dicionário e encontrou apenas informações sobre a noção segundo Ducrot. Mesmo sem entender por que não havia referência a Bakhtin, ele havia tentado relacionar as informações entre si e continuou a leitura do texto. Como, no Dicionário, há a indicação precisa das obras utilizadas para a definição, pode ser que um pesquisador se desse ao trabalho de consultar o texto fonte, como é feito a seguir.

A noção de polifonia é desenvolvida por Ducrot (1987) ao longo do último capítulo da obra *O dizer e o dito*. No começo deste capítulo, o autor faz referência e explica com as próprias palavras o conceito de polifonia de Bakhtin, remissão que faz parte de um contexto no qual se quer fazer um histórico da crença segundo a qual cada enunciado corresponderia a um autor. Nesse contexto, o conceito bakhtiniano surge para refutar esta crença (DUCROT, 1987, p.161). Na sequência, Ducrot tece uma crítica à noção de estilo indireto livre postulados por Ann Banfield (apud DUCROT, 1987, p.162). Mais adiante relaciona seu conceito de polifonia ao de Bakhtin:

Minha própria teoria da polifonia, que deve muito aos dois autores que acabo de citar (Authier e de Plénat), visa a construir um quadro geral onde se poderia introduzir sua crítica a Banfield, quadro que constitui ele mesmo, digo-o desde já, uma extensão (bastante livre) à linguística dos trabalhos de Bakhtine¹ sobre a literatura (DUCROT, 1987, p.163).

¹ Esta é a forma como aparece o sobrenome do autor na obra consultada; hoje em dia, utiliza-se a grafia Bakhtin.

Conforme esclarece o autor, sua noção de polifonia é uma adaptação, para a linguística, da noção postulada para a literatura. As diferenças entre elas podem ser percebidas quando Ducrot (1987) utiliza-se de trechos literários para exemplificar as diferenças postuladas entre enunciador e locutor e fazer um paralelo com autor e personagem.

Para mostrar que “[...] o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor” (DUCROT, 1987, p.192), são citados trechos de *Les femmes Savantes*, de Molière, cuja obra, influenciada pela corrente filosófica moralista, não teria como apresentar a polifonia peculiar a Dostoiévski, em cujas obras “a consciência do herói [...] não se torna mero objeto da consciência do autor.” (BAKHTIN, 1981, p.1).

Da ótica de um “terceiro” indiferente, não se constrói nenhum elemento da obra. Esse “terceiro” indiferente não está representado de modo algum no próprio romance. Para ele não há lugar na composição nem na significação. Nisto não consiste a fraqueza do autor, mas sua força grandiosa. Com isto, o autor conquista uma nova posição que está acima da posição monológica [...] a vontade artística da polifonia é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento. (BAKHTIN, 1981, p.13-17).

De acordo com a noção de polifonia Bakhtiniana, a obra de Molière não é polifônica. Uma vez que ela é utilizada para exemplificar aspectos da noção ducrotiana, conclui-se que não se pode relacioná-las entre si como o fez o consulente desavisado, o qual, provavelmente, não teria, como iniciante nos estudos da Linguística da Enunciação, condições de fazer uma pesquisa mais aprofundada sobre o conceito.

Um especialista em Ducrot saberia distinguir entre ambas as noções de polifonia, mas não um iniciante. Talvez fosse o caso de se acrescentar, numa nova edição, como observação, um aviso ou alerta informando sobre a diferença entre as noções, uma precaução que os autores do *Dicionário de Análise do Discurso*, Charaudeau e Maingueneau (2004) tiveram.

Nessa obra, também um dicionário especializado, as noções são apresentadas, sobre a ótica da A.D, mas com o cuidado de diferenciar seu ponto de vista das de outras correntes da Linguística. O verbete “polifonia” desse dicionário começa informando a origem do termo, proveniente da música. Em seguida, a noção bakhtiniana é explicada. Segue-se a essa explicação, o seguinte esclarecimento:

Com o crescente interesse que se manifestou em linguística, desde os anos 80, pelos aspectos pragmáticos e textuais, o trabalho de Bakhtin foi redescoberto por alguns linguistas. Desse modo, na França, Ducrot

desenvolveu uma noção propriamente linguística da polifonia, da qual ele se serve para suas análises de toda uma série de fenômenos linguísticos. Ao mesmo tempo, e independentemente uns dos outros, os estudiosos da literatura desenvolveram a polifonia bakhtiniana e, nesses últimos anos, tentou-se reconciliar as duas abordagens polifônicas para forjar, a partir delas, uma ferramenta eficaz para as análises de discurso. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.385).

Se bem seja verdade que, sob alguns aspectos, o Dicionário da Linguística da Enunciação precisa ser aperfeiçoado para que alguns verbetes tornem-se mais didáticos, menos abstratos e mais compreensíveis àquele que se inicia nos estudos da Linguística da Enunciação, a obra apresenta qualidades louváveis que a diferenciam de suas congêneres.

Mediante a consulta à árvore de domínio e aos verbetes de que necessitou (metade dos quais apresentou definições e explicações didáticas sucintas e esclarecedoras), o leitor pôde caracterizar as correntes teóricas utilizadas pelo autor do artigo, compreender a menção feita por Vizeu a outras teorias e identificar uma alusão implícita à noção durotiana de enunciação.

Por ter consultado o dicionário, esse leitor iniciante conseguiu fazer uma leitura ascendente do artigo, ter uma visão crítica sobre o que leu e chegar a um grau de compreensão muito próximo daquele que teria “um iniciado” no assunto. Por tudo isso, pode-se dizer que o *Dicionário de Linguística da Enunciação* pode e deve ser utilizado como uma ferramenta didática pelo estudante que almeja especializar-se nessa emergente ciência da linguagem.

A avaliação feita nesta resenha baseou-se, tão somente, na análise de pouco mais de meia dúzia de verbetes, tendo-se em vista sua aplicabilidade à tarefa de se ler e compreender um artigo científico explicitamente filiado à Linguística da Enunciação por seu autor. Retrata, portanto, apenas uma das muitas possibilidades de utilização da obra e recobre uma parte muito pequena da totalidade dos verbetes. Outras avaliações poderiam ser feitas, a que ora se apresentou, procurou basear-se nas atividades sociointerativas que constituem o gênero textual Dicionário Especializado do ponto de vista dos leitores. Ainda que limitada e parcial, esta resenha é uma prova viva de que o *Dicionário da Linguística da Enunciação*, conforme previra Fiorin:

[...] não está pura e simplesmente voltado para o passado, ele está aberto para o futuro. Ele não fecha, ele torna patentes perspectivas e possibilidades. Ele desafia a imaginação, provoca os pesquisadores, incita ao trabalho acadêmico. Unindo o que foi feito e o que pode ser feito, este dicionário é um instrumento indispensável a todos os que têm paixão pela linguagem, a todos aqueles que se deslumbram com ela e a analisam com rigor (p.9).

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Org.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévsk*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1981.

BRONCKART, J.- P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Tradução de Anna Rachel Machado e Maia de Lourdes Meirelles Mantencio. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

VIZEU, A. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Galiza, v.2, n. 1, p.141-155, 2004.

Recebido em março de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.